

# Artistas protestam contra tombamentos pela Câmara

O Núcleo de Estudos Constitucionais da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) envia, hoje, uma emenda à Câmara Municipal, suprimindo o item do projeto da Lei Orgânica do Município que delega ao Poder Legislativo a decisão sobre tombamento, atualmente nas mãos do Executivo. Junto com a entrega, às 15 horas, o núcleo realiza uma manifestação de apoio ao Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas), com a presença de artistas da cidade. Segundo Marcos Kaloy, integrante do Núcleo, a emenda baseia-se na inconstitucionalidade do item do projeto. O secretário de Cultura, Esportes e Turismo da Prefeitura e presidente do Condepacc, Marco Aurélio Garcia, ameaça entrar com uma liminar na Justiça, caso tal item seja aprovado pelos vereadores. O Poder Executivo, através do Condepacc, é quem determina o tombamento de bens, amparado pelos Artigos 24, 30 e 216 da Constituição brasileira de 88.

O item do projeto da Lei Orgânica que transfere a decisão do tombamento ao Legislativo foi enviado pela Associação dos Engenheiros e Arquite-

tos de Campinas e contou com o apoio do presidente da Câmara Municipal, Alcides Mamizuka, conforme afirmou Marco Aurélio Garcia. Segundo o integrante da Associação, Augusto Fernando de Barros Pimentel Filho, que trabalhou na elaboração do item, o Condepacc não representa a totalidade do pensamento da população para decidir sobre os tombamentos. "Nós queremos que o Condepacc continue fazendo o exame técnico dos locais a serem tombados. Mas a decisão pelo ato de tomar deve ser da Câmara, pois é ela que tem a representatividade para decidir isto. E todos os vereadores defenderam este ponto de vista", afirmou.

Marco Aurélio Garcia disse, ontem, que a mudança na questão do tombamento transformaria a Câmara num "foco de pressão". "É o mesmo que a Câmara opinar sobre concursos de miss. É um absurdo", ressaltou. Segundo o presidente do Condepacc, os vereadores do PT (Partido dos Trabalhadores) são contrários à mudança, à exceção de Mamizuka. O presidente da Câmara negou que esteja envolvido no problema. Marcos Kaloy foi mais longe que Garcia e levantou três

problemas, caso o Legislativo venha a decidir sobre o tombamento. "Em primeiro lugar, os vereadores não são tecnicamente capacitados para definir o tombamento. Em segundo, os vereadores estão mais ligados em interesses comerciais. Um prédio de 20 andares, por exemplo, geraria maior arrecadação para a Prefeitura do que uma casa tombada. Além disso, as empreiteiras podem 'molhar a mão' dos vereadores para destruir a casa e construir o prédio", declarou.

Para o ex-secretário de Cultura e ex-presidente do Condepacc e do Condepahaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), Antônio Augusto Arantes, a alteração no que diz respeito ao tombamento seria um "retrocesso". "O processo de criação do Condepacc durou de 83 a 88. No início de 88, o conselho passou a funcionar, com aprovação da Câmara. Isto mostra que a Câmara passada teve mais visão do que a atual", afirmou. Arantes disse, ainda, que na semana que vem vai defender na Câmara Municipal, a manutenção da decisão pelo tombamento nas mãos do Condepacc.